

NOTÍCIAS DA GUERRA QUE NÃO ACABOU: A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870) REMEMORADA PELOS ÍNDIOS KADIWÉU¹

Giovani José da Silva²

RESUMO: *Notícias da Guerra que não acabou: a Guerra do Paraguai (1864-1870) lembrada pelos índios Kadiwéu.* O artigo objetiva problematizar a memória dos Kadiwéu sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870), revelando como guerras e alianças são pensadas por estes indígenas. Os Kadiwéu habitam atualmente a *Reserva Indígena Kadiwéu*, no município sul-mato-grossense de Porto Murtinho, em uma área com mais de meio milhão de hectares. Contam os índios mais velhos que a *Reserva*, a maior do Centro-sul brasileiro na atualidade, foi conquistada graças à tenaz participação do grupo na Guerra do Paraguai. Conclui-se que a memória do conflito platino, que para muitos Kadiwéu nunca terminou, ainda hoje é celebrada de diversas formas, por um povo indígena que já foi e deseja continuar sendo destacado como cavaleiro e guerreiro.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Paraguai, índios Kadiwéu, memória.

ABSTRACT: *News about the war that has not finished: the War of Paraguay (1864-1870) remembered by the Kadiwéu Indians.* This paper aims to discuss the Kadiwéu's memories about the War of Paraguay (1864-1870), revealing how the wars and alliances are thought by these Indians. The Kadiwéu live nowadays in the *Kadiwéu Indian Reserve*, in Porto Murtinho, a town in Mato Grosso do Sul State, in an area with more than half a million of hectares. According to the elder Indians, the *Reserve*, currently the biggest in the Brazilian South Center, was conquered thanks to the tenacious participation of the group in the War of Paraguay. It is concluded that the memory of the *platino* conflict, which for many *Kadiwéu* has not finished yet, even today is celebrated in several ways by the Indians who were and still want to be seen as the horse riders and warriors.

KEYWORDS: War of Paraguay, Kadiwéu Indians, memory.

Considerações Iniciais

Os Kadiwéu³, descendentes dos antigos Mbayá-Guaikuru, habitam atualmente

¹ O artigo é uma versão ampliada do texto *Guerra e aliança na história dos Kadiwéu: a Guerra do Paraguai (1864-1870) lembrada pelos índios*, apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História, realizado entre 17 e 22 de julho de 2005, em Londrina, Paraná. Na ocasião, as idéias aqui contidas foram debatidas no Simpósio Temático "Guerras e alianças na história dos índios: perspectivas interdisciplinares", coordenado pelos Profs. Drs. João Pacheco de Oliveira, John Manuel Monteiro e Maria Regina Celestino. Ao Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira, os meus sinceros agradecimentos pelo convite para a publicação do texto.

² Especialista em Antropologia (UFMT), Mestre em História (UFMS/Dourados) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG).

³ O povo indígena Kadiwéu, cerca de 1.300 indivíduos, pode ser considerado um verdadeiro "amalgama" de povos indígenas que ao longo do tempo mantiveram contato: Kadiwéu, Kinikinau, Terena e Xamacoco, dentre outros. Há, inclusive, indígenas Ofaié, Guarani e Kayapó entre os Kadiwéu da atualidade (Cf. *Censo Kadiwéu 1998*).

o município de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, na *Reserva Indígena Kadiwéu*. Contam os *Ejijwajegi* (autodenominação do grupo, lê-se “edjiuádjegui”) mais velhos que a área de aproximadamente 538.536 hectares da *Reserva* (a maior do Centro-Sul brasileiro, na atualidade) foi conquistada graças à tenaz participação desses índios na Guerra do Paraguai⁴ (1864-1870), em uma aliança estabelecida com os brasileiros contra os paraguaios. Problematizar a memória dos indígenas Kadiwéu sobre o conflito platino, revelando como guerras e alianças são pensadas por eles, é o principal objetivo do presente artigo. As fontes utilizadas foram relatos recolhidos por antropólogos que, durante o século XX, conviveram entre os Kadiwéu. Além disso, contou-se com a recente experiência do autor como professor dos índios Kadiwéu da aldeia Bodoquena (2000-2004), a maior aldeia da *Reserva*, no recolhimento de versões contemporâneas da Guerra, especialmente entre os mais jovens. Os relatos da Guerra do Paraguai são elaborados pelos Kadiwéu nas categorias de histórias concebidas por eles: as *histórias de admirar* (o que seria chamado de mitos, por antropólogos) e as *histórias que aconteceram mesmo* (narrativas de cunho verídico).

Memória e Identidade

No presente texto procura-se demonstrar que a memória social está estreitamente relacionada à construção da identidade étnica. A esse respeito, Michael Pollack afirma que:

“[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente muito importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollack, 1992:204).

A contínua reconstrução da memória corresponde, portanto, à contínua reconstrução do sentimento de identidade, pois:

“[...] ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. [...] Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (Pollack, 1992:204-205).

Dessa forma, o estudo relacionado a uma sociedade indígena, como a dos

⁴ Na língua Kadiwéu, a palavra para se referir ao Paraguai ou à Guerra do Paraguai é *Gaciana* (lê-se “Gatchiana”) ou *Gacianegi* (lê-se “Gatchianegui”). Interessante observar que não há, na língua Kadiwéu, uma palavra que designe “paz”, tal como os não-índios a entendem (Cf. *Dicionário da Língua Kadiwéu*, 2002).

Kadiwéu, cuja tradição oral resiste com força até os dias atuais, faz recorrer ao conceito de memória, pois, segundo o medievalista francês Jacques Le Goff (1992:476), “[...] são as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória”. O historiador Norberto Luiz Guarinello (1994:188) afirma que “[...] a memória é, assim, uma forma de ação, uma ação representativa, parte da atividade auto-representativa que uma sociedade, grupo ou indivíduo produzem de si, para assumirem e defenderem sua identidade e para orientarem sua ação individual ou coletiva”. A memória fixa os sentidos e as identidades, permitindo às sociedades indígenas traçarem suas origens, garantindo permanência e auto-reconhecimento, a despeito do tempo. Como deseja o historiador britânico Peter Burke (2000), a memória deve ser estudada como uma fonte histórica, elaborando-se uma crítica da confiabilidade da reminiscência no teor da crítica tradicional de documentos históricos.

A Guerra do Paraguai e os Índios

Em Mato Grosso, nos primeiros anos após a proclamação da independência política do Brasil, as ações governamentais relativas aos indígenas foram tomadas arbitrariamente no âmbito das províncias, já que ao governo central só interessavam as questões de fronteiras. A política indigenista no Império foi norteadada pelo binômio defesa contra os índios/ aproveitamento da mão-de-obra indígena, submetida basicamente ao controle militar⁵. Além disso, foram tentados, sem grande sucesso, projetos de catequese dos indígenas, entregues a diversas ordens religiosas. Por parte do governo central, a preocupação maior era em manter uma política de amizade com os Estados vizinhos recém-formados. Essa política, entretanto, sofreu sérios abalos na segunda metade do século XIX, com a guerra contra o Paraguai⁶. De acordo com o historiador Cláudio Alves de Vasconcelos:

“A guerra do Paraguai acelerou o fracasso dos débeis projetos de catequese ensaiados na província de Mato Grosso. Aliás, foi exatamente onde se desenvolveram estas experiências com missionários capuchinhos na catequese, que se deu a invasão paraguaia e o conseqüente conflito que envolveu [...] as duas nações vizinhas” (Vasconcelos, 1999:86).

O recrutamento e o engajamento de indígenas Guaná e Mbayá-Guaicuru, dentre outros, nas tropas brasileiras não se deram apenas pela força do exército, mas, também, pela própria necessidade de impedir que as terras invadidas ficassem sob o domínio dos paraguaios (Vasconcelos, 1999:86-87). No entanto, após o conflito platino, os índios não conseguiram o essencial, que era a garantia de permanecerem livres e seguros em suas terras.

⁵ Cf. Pina de Barros (1989). A autora, uma eminente antropóloga, traça um interessante painel da política indigenista no século XIX, em Mato Grosso.

⁶ Para maiores informações sobre o conflito platino cf., dentre outros, Doratioto (2002).

Os índios e a Guerra do Paraguai

Ainda que a sociedade Kadiwéu tenha sofrido mudanças ao longo do tempo, valores ligados à guerra ainda marcam os limites da identidade étnica do grupo. O relembrar a relação com os não-índios (*ecalailegi*, lê-se “ecalailegui”), por meio das alianças com os brasileiros, está mediada, assim, pela afirmação da identidade. O *ethos* guerreiro é recordado por narrativas, as *histórias que aconteceram mesmo* e as *histórias de admirar*, e acionado na relação com os não-índios como advertência contra a ameaça à integridade cultural e territorial dos Kadiwéu. De acordo com a antropóloga Mônica T. S. Pechincha:

“A Guerra do Paraguai é, sem dúvida, o acontecimento da história das relações com o branco mais contemplado pela memória deste povo. Razão de orgulho nacional, reconhecem um desempenho glorioso na sua participação nesta guerra. É evento que posiciona os Kadiwéu frente à nação brasileira. É marco fundamental na reivindicação de direitos territoriais” (Pechincha, 1994:135).

Relembrando situações contadas pelos pais e avós, o indígena Kadiwéu Antônio Mendes afirma que:

“E lá no governador dele os soldados brasileiros já idearam falar para ele que a indiada ajudou, senão já tinham perdido. No outro dia, chamou a indiada o tal de Coronel de Barros. Coronel de Barros, comandante do batalhão. Aquela indiada, indiada sem roupa, nada. É indiada. Alguns deles falava um pouco português. E falou: ‘aqui, pessoal, vamos fazer nossa reunião. Eu quero saber o que você queria ganhar. Espera, eu te dou dinheiro. Está lá a sacola de dinheiro. Eu vou te dar esse daqui agora, sacola de dinheiro, olha lá’. O capitão falou: ‘senhor, índio não sabe pegar dinheiro. Não vamos pegar a sacola. O que vamos fazer com este dinheiro? Então nós queremos, se fossemos ganhar algum, ganhar o nosso lugar. Nós não vamos querer o dinheiro, nós vamos querer a área para criar os nossos filhos’. Como até hoje é nosso lugar aqui. É sagrado. [...]. Mas ainda temos a segurança que ajudamos a segurar a bandeira do Brasil. Por isso mesmo que ganhamos esta terra. Aqui é sagrado. Já veio esse sabido que iludiu os índios... mas aqui ninguém toma, ninguém toma”.⁷

A apropriação que estes índios fazem de sua participação na Guerra do Paraguai, associando o conflito à legitimação da posse do território indígena, pode ser compreendida também na fala da anciã Durila:

“Ninguém jamais poderá tomar posse desse campo, isto vem desde antígamente [...]. Hoje é diferente, ninguém teme mais os índios, ninguém

⁷ Citado por Pechincha (1994:153). O informante em questão tinha cerca de 85 anos de idade quando entrevistado por Pechincha, no início dos anos 1990. Antônio Mendes também fora informante de Darcy Ribeiro, entre 1947 e 1948, e pertence ao estrato dos nobres (*Otagodepodi*) Kadiwéu, ou seja, descende de uma linhagem de “índios puros” (Cf. Ribeiro, 1980a; 1980b).

mais respeita, nós que tememos as altas autoridades, parece que eles que querem ser o dono do que na realidade é nosso, mas foi uma autoridade superior de quem o capitão ganhou esta terra, como recompensa no término da guerra contra os paraguaios. Dizia para ele: – Tome esta terra capitão, esta será sua, se eu pagasse em dinheiro não daria, mas essa terra durará para sempre, cuide sempre desta terra, não deixe que ninguém a tome”.⁸

Segundo o antropólogo Jaime Garcia Siqueira Jr. (1993, p. 210), “[...] os depoimentos sobre a participação na guerra têm uma grande riqueza de detalhes, revelando a minúcia com que elaboraram esse evento na sua memória e ressaltando um ‘ethos’ guerreiro [...] com que enfrentaram os brancos”. Desse enfrentamento, os Kadiwéu teriam saído fortalecidos e, por essa razão, agraciados com o conjunto de terras que hoje constituem a *Reserva Indígena Kadiwéu*.

Identidade e Memória

A *Reserva Indígena Kadiwéu* é uma pequena porção de terras, se comparada ao imenso território por onde os Mbayá-Guaikuru transitavam em séculos anteriores. Ainda assim, a sociedade não-indígena elabora um discurso de que os Kadiwéu possuem, na atualidade, mais terras do que necessitam. Esses índios, por sua vez, criaram uma tradição e nela se apóiam para explicar a posse das terras que ocupam na atualidade. De acordo com essa tradição, o Imperador D. Pedro II (o *finado Pedro II*, nas palavras de alguns Kadiwéu!) teria doado a eles as terras da *Reserva*. Interessante notar que esse mesmo discurso é utilizado por antropólogos e indigenistas, mas sem qualquer comprovação de sua veracidade! De acordo com a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, por exemplo:

“Quanto aos Kadiwéu ou Guaicurus, foram, em 1830, armados pelos habitantes e auxiliados pela tropa para roubarem no Paraguai. Algumas décadas mais tarde, *sua participação inicial em apoio aos brasileiros na Guerra do Paraguai valeu-lhes a demarcação de terras por ordem de D. Pedro II*” (Carneiro da Cunha, 1992:29) [itálicos do autor].

Faz-se necessário deixar claro que, do ponto de vista do historiador, não houve de fato doação alguma⁹, embora se acredite que a memória social Kadiwéu continuará a reproduzir o evento dessa maneira para as próximas gerações.

A verdade que contam os Kadiwéu em suas memórias não é a mesma verdade do historiador e nem poderia ser. Os indígenas legitimam o que contam por meio da autoridade que conferem aos mais velhos: os “Joões dos tempos”, na feliz expressão utilizada por Taunay (1931). O historiador busca a legitimação do que escreve no entrecruzamento de diversas fontes, naquilo que sobreviveu ao tempo para contar o

⁸ Citada por Siqueira Jr. (1993:210). A informante em questão, uma indígena de origem Xamacoco, tinha mais de 100 anos quando entrevistada por Siqueira Jr., na segunda metade da década de 1980. Durila Bernaldino (*Nigodena*, em língua Kadiwéu) pertence ao estrato dos cativos (*Niotaguipe*, lê-se “Niotaguipe”), ou seja, descende de uma linhagem de índios que no passado foram raptados ainda crianças pelos Kadiwéu.

⁹ A esse respeito, cf. José da Silva (2004).

que teria acontecido. Muito daquilo que contam os anciãos (*laxokodi*, lê-se “latchokodi”) Kadiwéu está, provavelmente, impregnado da chamada “aproximação da verdade do historiador”, pois jamais se saberá o que realmente aconteceu no passado. A memória, portanto, pode ser uma auxiliar útil nessa doce e difícil tarefa de perscrutar o passado. Sob pena de descontextualizar as falas Kadiwéu recolhidas por outros, as mesmas foram selecionadas, recortadas e analisadas sob uma determinada perspectiva. Deseja-se ter conseguido, brevemente, demonstrar que os indígenas, ao contrário do que sugeriu a historiografia durante muito tempo, não reagiram passivamente à presença do *outro* em seus territórios, em suas vidas. Na elaboração dos poucos discursos aqui apresentados, foi revelada uma profunda ressignificação de sentidos, de posturas e da própria cultura dos Kadiwéu que, obrigados a abandonarem tantas características de seu antigo *ethos*, mudaram para continuarem sendo Kadiwéu.

Assim, depara-se com a força da memória e dos mitos como explicação de determinados eventos importantes para idosos, jovens e crianças, enfim, gente de toda a idade. Se, em sala de aula, ouvia-se de jovens alunos indígenas nas aulas de História da Escola Municipal Indígena “Ejivajegi” – Pólo, onde o autor foi professor dos Ensinos Fundamental e Médio durante anos, que a *Reserva* fora doada pelo Imperador D. Pedro II, em gratidão pela bravura demonstrada pelos Kadiwéu na Guerra do Paraguai (em que nenhum *Ejivajegi* foi sequer ferido, pois tinham o corpo protegido), também é verdade que já foi ouvida de professores universitários a mesma versão, como se esta fosse a mais absoluta verdade. Os alunos Kadiwéu contavam, ainda, que se os brasileiros não tivessem feito aliança com os *Ejivajegi*, o Brasil teria perdido a Guerra e o atual Mato Grosso do Sul seria território paraguaio. O rio Paraguai, segundo eles, teria se tornado um verdadeiro “mar de sangue paraguaio” durante o conflito. Crê-se que é possível chamar a atenção da memória como uma possível (e valiosa) fonte histórica, pois cada uma a seu modo, memória e história não querem deixar que homens e mulheres esqueçam o que são e nem de onde vieram.

O pressuposto básico é a concepção de história e memória enquanto critérios definidores da territorialidade e fatores intrínsecos à construção da identidade étnica Kadiwéu. Não se tratou, exatamente, de uma reconstituição das experiências passadas de guerra e aliança a partir de dados da História Oral. Tratou-se, sim, do exame de um corpo de narrativas (muito maior do que o aqui apresentado), entendido como produto de reflexão de uma sociedade sobre sua particular experiência histórica. O interesse esteve em examinar e compreender que aspectos da história foram selecionados pela memória de membros dessa sociedade indígena e incorporados ao acervo de conhecimentos sobre o seu próprio passado. Argumenta-se que as narrativas Kadiwéu portam outros sentidos, pois, embora sejam relatos sobre o passado, fundem os tempos pretérito e presente, revelando que são contemporâneos. Reitera-se que essa forma de conhecer o passado é fundamental para o reforço da coesão e da identidade cultural étnica dos Kadiwéu.

Ainda assim pergunta-se: por que algumas sociedades indígenas parecem mais preocupadas que outras em lembrar o passado? Por que esse agudo contraste de atitudes

para com o passado em diferentes culturas? A Guerra do Paraguai, exaustivamente contada e recontada entre os Kadiwéu como fonte de legitimação da posse da *Reserva Indígena Kadiwéu* é exemplo claro do uso do passado, da memória social e dos mitos para construir a identidade étnica dessa sociedade indígena, pois a finalidade de tudo isso é, sem dúvida, dizer quem são *eles* e diferenciá-los de *outros*. A memória social não é homogênea e é impossível discuti-la sem se observar conflitos e dissensões. Se há, entre os Kadiwéu, memória de conflitos, tais como a Guerra do Paraguai, há também conflito de memórias. Haveria, então, uma *guerra pela memória* no interior do grupo? De quem são as versões registradas ou preservadas? Verificam-se, por exemplo, marcantes diferenças entre as falas dos anciãos de origem “nobre” e de origem “cativa”.

Para entender os mecanismos da memória social, talvez valesse a pena examinar a organização social do esquecer, as regras de exclusão, supressão ou repressão, o que nesse breve espaço não foi possível realizar. Somente quando a memória faz parte de uma sociedade é que pode ser partilhada com outros. A memória, portanto, desempenha um importante papel social, pois revela, em parte, quem são as pessoas, integrando o seu presente ao próprio passado. Para muitos grupos, e com os Kadiwéu não é diferente, isso significa montar uma espécie de quebra-cabeça: (re)inventar um passado adequado ao presente ou, do mesmo modo, um presente adequado ao passado. Os Kadiwéu preservam o passado à custa de o descontextualizar e, de em parte, o borrar. Assim, uma tradição sobrevive numa determinada versão porque, para o grupo que a recorda, apenas essa versão parece a mais adequada. A memória social é, portanto, o conjunto de acontecimentos essenciais do passado de um grupo e desse passado retém-se apenas aquilo que é capaz de viver na consciência coletiva.

Trabalhar com a memória dos jovens e velhos Kadiwéu foi lidar com o tempo que se esgota lentamente e que se transforma, em um determinado momento, somente em *tempos de antigamente*. Os desejos, os sonhos e as esperanças transmutam-se, assim, em recordações. Isso tudo leva a uma característica básica do passado reconstituído pela memória: ele é sempre uma reconstrução, por mais detalhes que contenha, feita no presente. Este trabalho alinha-se com a proposição de que a memória social fertiliza e renova a história, ao invés de voltar-se contra ela. Ainda sobre a noção de memória, ao se pensar que “[...] as sociedades são comunidades que se auto-interpretam” (Connerton, 1999:14), foi legítimo inferir que no que diz respeito à memória social, a evocação das imagens do passado legitima uma ordem social presente e, por essa razão, no processo de auto-interpretação “[...] o presente deve ser separado daquilo que o precedeu por um ato de demarcação inequívoco” (Connerton, 1999:9). Dessa forma, o controle da memória de uma sociedade condiciona largamente a hierarquia social, já que “[...] a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e objeto de poder” (Lê Goff, 1992:476). A esse respeito, Le Goff ainda afirma que:

“[...] a memória coletiva foi um grande elemento da luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhor da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que

dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (Lê Goff, 1992:426).

Considerações Finais

Verificou-se que a memória Kadiwéu cria/ criou um corpo de conhecimentos próprios e exclusivos sobre a Guerra do Paraguai, constitutivos da identidade cultural étnica do grupo. Referir-se, portanto, à construção de identidade a partir da relação com o espaço, através do tempo, é falar de representações e de adoção de atributos específicos aos Kadiwéu, em oposição a outras sociedades indígenas e à sociedade não-indígena. Tudo isso é o resultado de uma situação de expansão da sociedade nacional sobre as áreas originais e sucessivamente ocupadas pelos índios. Muitos Kadiwéu acreditam que a Guerra do Paraguai jamais tenha chegado ao fim e que devem estar prontos para serem chamados a qualquer momento, a fim de lutarem por suas terras¹⁰. De acordo com os índios mais jovens, as lutas dos *tempos de agora* se fazem nos tribunais e as armas de que necessitam são o papel e a caneta. As lutas do tempo presente, portanto, podem não ser mais as lutas dos *tempos de antigamente*, mas, com certeza, reeditam a guerra para uma sociedade de guerreiros, os “índios cavaleiros”, como preferem ser chamados ainda hoje.

¹⁰ Cf. Siqueira JR. (1993). O antropólogo Jaime G. Siqueira Jr. relata que entre seus informantes Kadiwéu encontrou alguns que revelaram terem participado do Conflito de Porto Esperança, por volta de 1932, e que tinham certeza de estarem novamente lutando na Guerra do Paraguai. O episódio, ainda não suficientemente esclarecido, pode estar relacionado à Guerra do Chaco, envolvendo Paraguai e Bolívia, ocorrida entre 1932 e 1935.

Referências Bibliográficas

- BURKE, P. 2000. *Varieties de história cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). 1992. *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo, Edusp/CPI-SP.
- CONNERTON, P. 1999. *Como as sociedades recordam*. 2ª ed. Oeiras, Celta.
- DICIONÁRIO da Língua Kadiwéu. Kadiwéu-Português. Português-Kadiwéu. 2002. Cuiabá, Sociedade Internacional de Lingüística (SIL).
- DORATIOTO, F. 2002. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GUARINELLO, N. L. 1994. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 28(14):180-193.
- JOSÉ DA SILVA, G. 2004. *A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história*. Dissertação de Mestrado em História. Dourados, UFMS.
- LE GOFF, J. 1992. *História e memória*. 2ª ed. Campinas, Unicamp.
- PINA DE BARROS, E. 1989. Política indigenista, política indígena e suas relações com a política expansionista no II Império em Mato Grosso. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 30-32:183-223.
- PECHINCHA, M. T. S. 1994. *Histórias de admirar: mito, rito e história Kadiwéu*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Brasília, UnB.
- POLLACK, M. 1992. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, 5(10):200-215.
- PREFEITURA Municipal de Porto Murtinho. 1998. *Censo Kadiwéu 1998*. Porto Murtinho. (Mimeografado)
- RIBEIRO, D. 1980a. *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza*. Petrópolis, Vozes.
- _____. *Uirá sai à procura de Deus: ensaios de etnologia e indigenismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SIQUEIRA JR., J. G. 1993. *“Esse campo custou o sangue dos nossos avós”: a construção do tempo e espaço Kadiwéu*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. São Paulo, USP.
- TAUNAY, A. de E. 1931. *Entre nossos índios: chanés, terenas, kinikinaus, guanás, laianas, guatós, guaycurus, caingangés*. São Paulo, Melhoramentos.
- VASCONCELOS, C. A. de. 1999. *A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande, UFMS.